

TEORIAS DISTRIBUTIVAS E A DESIGUALDADE NO BRASIL

Róber Iturriet Avila

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pesquisador da Fundação de Economia e Estatística.

João Batista Santos Conceição

Graduando em ciências econômicas na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e bolsista FEE/FAPERGS.

RESUMO: Esse artigo resgata o debate teórico acerca da distribuição, o qual está disperso na literatura econômica. Adicionalmente, o trabalho averigua as mudanças recentes na distribuição pessoal da renda no Brasil desde 1995, a partir da segmentação por decis, com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Do ponto de vista da riqueza, o trabalho expõe os dados das declarações de imposto de renda no Brasil divulgados pela Receita Federal do Brasil. Embasado nas compreensões teóricas que entendem que o sistema tributário tem capacidade de alterar desigualdades distributivas, o artigo efetua uma comparação da estruturação tributária brasileira com países selecionados.

Palavras-chave: Distribuição. Desigualdade. Brasil.

ABSTRACT: This paper demonstrates the theoretical discussion about the distribution, which is dispersed in the economic literature. In addition, the paper finds out the recent changes in personal income distribution in Brazil since 1995, from tenth segmentation with data from the Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Regarding the wealth, the paper will expose the data from income tax returns in Brazil recently released by the IRS of Brazil. Grounded in the theoretical understanding which indicates that the tax system is able to alter distributional inequalities, Brazilian tax will be compared with those from selected countries.

Keywords : Distribution. Inequality. Brazil.

JEL: O15, O38

1 Introdução

A investigação teórica acerca da distribuição de renda e de riqueza remonta aos primeiros economistas clássicos e à escola fisiocrata. Os debates teóricos concernentes a tais questões abrangem um amplo espectro de perspectivas. Subjacente a essa temática, está o ajuste distributivo que o Estado pode efetuar através da tributação, por exemplo.

No campo teórico, o trabalho de Thomas Piketty obteve uma repercussão significativa capaz de reacender discussões que perderam espaço ao longo do século XX. No que tange ao Brasil contemporâneo, as alterações distributivas na renda são difundidas, já os dados de riqueza eram desconhecidos até recentemente.

Face a esse pano de fundo, esse artigo objetiva aprofundar a discussão distributiva em termos teóricos e empíricos. Para tanto, o texto está repartido em três seções centrais além da

introdução e das considerações finais. A seção dois efetua uma revisão teórico-bibliográfica não exaustiva das principais concepções que tratam a distribuição. Iniciando pelos fisiocratas e pelos autores clássicos como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, John Stuart Mill e Karl Marx, passando também pelas perspectivas de Michal Kalecki e John Maynard Keynes e culminando em autores contemporâneos como Amartya Sen e Thomas Piketty. Nesse sentido, a referida seção efetua uma síntese das principais perspectivas teóricas concernentes à distribuição.

A seção seguinte visa observar o que tem ocorrido no Brasil em termos distributivos no período recente. No intuito de desconsiderar as variações abruptas que ocorrem na participação dos rendimentos em momentos de alterações monetárias, o corte analítico é iniciado em 1995, ou seja, após a implementação do Plano Real. Além da descrição de dados de renda, a seção três exporá a apropriação da riqueza a partir de informações disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil, especificamente referente ao ano de 2012.

Efetuada a observação do quadro distributivo no Brasil, convém recordar que os principais teóricos que trataram desse tema compreendiam que a tributação era uma maneira de corrigir distorções. Nesse sentido, cumpre averiguar a estrutura tributária brasileira em uma comparação com alguns países selecionados. Esse é o objetivo da seção quatro. Por fim, estão registradas as considerações finais.

2 Concepções teóricas de distribuição da riqueza

A quantificação e a qualificação das alterações distributivas no Brasil contemporâneo são cruciais para entender os movimentos na sociedade, na economia e na política. Para além da verificação dos dados correlacionados a esses elementos, é adequado efetuar uma clarificação teórica acerca da distribuição da riqueza. Em assim sendo, essa seção objetiva realizar uma revisão teórico-bibliográfica não exaustiva das principais concepções teóricas nesse tema.

A preocupação em entender a distribuição de renda e da riqueza remonta ao conceito de excedente econômico nos economistas clássicos e na fisiocracia. Na análise fisiocrata, as sociedades eram guiadas por uma lei natural, a qual necessitava ser compreendida para ordenar a produção e o comércio. No centro do modo de pensar, estava a agricultura. Por esse motivo, os agricultores são categorizados como a “classe produtiva”. Já os produtores de mercadorias, apenas transformam matérias-primas e repassam seus custos e os salários pagos para os produtos, classificados, portanto, como “classe estéril”. De outro lado, os proprietários de terra compõem a “classe ociosa”. O excedente produzido pelo agricultor é apropriado parcialmente pelos membros da cidade e pelos proprietários de terra. A ótica de distribuição de excedente econômico segue nos economistas clássicos e é a base para a teoria do valor trabalho (FONSECA, 1981).

O preço e a teoria do valor possuem intimidade com a distribuição do produto, pois a riqueza é repartida e as remunerações refletem os preços. Quando Adam Smith trata da formação dos preços, entra na questão da distribuição. Smith analisa a distribuição pelos estágios da sociedade. No estágio primitivo, o preço é formado pelo trabalho e sua apropriação é do trabalhador. No momento em que o capital se acumulou nas mãos de grupos de pessoas, esses empregaram, fornecendo os meios de produção e de subsistência a fim de auferir lucro. Nessa circunstância, o valor é distribuído em duas partes: salários e lucros. Quando a terra se torna propriedade privada, há uma renda para o dono da terra, essa passa a compor o terceiro segmento do preço, sendo o valor distribuído entre o capitalista, o trabalhador e o dono da terra. Para Smith, esse processo é harmônico, ou seja, com aceitação da propriedade e da distribuição. Já o trabalho é a expressão do preço real de cada coisa (SMITH, 1996).

David Ricardo, na mesma linha, vê a distribuição do produto social entre as três classes, sendo, para ele, esse o **objeto da economia**. É a distribuição que justifica a construção de um discurso científico sobre economia. Não é o preço, portanto, o grande objeto, mas a distribuição. Ricardo percebeu que alterações nas relações salários/lucros mudam a formação dos preços. Ao contrário de Smith, por conseguinte, Ricardo enxerga oposição dos salários e dos lucros na formação de preços. Quando há elevação do salário, há queda do lucro.

O salário se estabelece, para Ricardo, pela interação entre oferta e demanda. Mas o preço do salário tende a se igualar ao seu preço natural. Caso ocorra uma elevação no salário, melhora a condição do trabalhador. O incremento salarial faz aumentar o número de filhos, tendendo a baixar novamente o salário. Nessa medida, o salário real é determinado no mercado de trabalho, não sendo, portanto, constante. Tal variável depende também dos hábitos e dos costumes dos povos. Quando há uma elevação salarial, há, em consequência, a queda da taxa de lucro. Já a renda da terra, aumenta quando a concorrência intercapitalista determina a igualação da rentabilidade entre os agricultores (HUNT, 1989).

De todo modo, no longo prazo, os salários tendem ao que é necessário para a subsistência, pois, sendo a terra um recurso limitado, quanto mais pessoas a trabalhar nelas, menor sua remuneração, levando à subsistência. A repartição do excedente está centrada entre os proprietários de terra e os industriais. Ricardo combatia as tarifas sobre os cereais, pois a revogação de tais normas criadas favoreceria os industriais e prejudicaria os proprietários de terra. No seu ponto de vista, isso era uma vantagem: Ricardo compreendia que a distribuição deveria favorecer os

industriais, que trabalhavam arduamente e geravam o progresso da sociedade à classe aristocrata, com terras ociosas¹.

Thomas Malthus, de maneira distinta, compreende que os industriais tendem a não consumir seu lucro, emperrando, dessa forma, o progresso da sociedade. Se eles obtiverem mais excedente, será prejudicial a todos, já que pouparão. Os trabalhadores, de outro lado, são repletos de vícios. Caso aumente o salário, eles terão mais filhos, gastarão no jogo, no álcool e no sexo, ampliando o seu número e reduzindo novamente o salário pela relação entre oferta e demanda. Já os proprietários de terra consomem bens de luxo, empregam criados, estimulam a cultura e a economia de maneira geral. A distribuição, pois, deve favorecer esses últimos para o progresso geral (HUNT, 1989).

John Stuart Mill é outro autor que trata da distribuição, mas possui uma ótica um pouco distinta, mesmo que próxima a Ricardo. O processo produtivo atente a leis gerais, válidas para toda e qualquer sociedade e por isso podem ser aceitas e generalizadas, tal como é feito nas construções abstratas que simplificam a realidade em pressupostos básicos. Em assim se caracterizando, o processo produtivo, na ótica milliana, deve estar sob os ditames da livre concorrência, uma vez que este é o melhor arranjo social de produção (ROLL; NOGARO, 1950). Entretanto, no que tange à distribuição dessa riqueza ou repartição do valor, são leis históricas que a regem, decorrentes de instituições humanas. Em suas palavras:

As leis e as condições da produção da riqueza têm o caráter de verdades físicas. Não há nelas nada de opcional ou arbitrário [...] *Não acontece o mesmo com a distribuição da riqueza*. Esta é exclusivamente uma questão de *instituições humanas*. Com as coisas que existem, a humanidade, individual ou coletivamente, pode fazer o que quiser. Pode colocá-las à disposição de quem quiser e sob as condições que quiser [...] mesmo aquilo que uma pessoa produziu com seu próprio suor, sem ajuda de ninguém, não pode retê-lo como seu, a não ser com a permissão da sociedade [...] *Eis por que a distribuição da riqueza depende das leis e dos costumes da sociedade*. As normas que regem essa distribuição dão aquelas que as opiniões e os sentimentos dos governantes da comunidade criarem, variando elas muito conforme a diversidade de épocas e países [...] (MILL, 1983, p. 181, grifos acrescidos).

Em sua autobiografia, Mill destaca seu tom diferenciado ao tratar desta questão, acentuando, ainda, que o homem pode mudar esta situação:

Este tono consistía principalmente en hacer la distinción propia entre la ley de la producción de la riqueza – *que son leyes reales de la Naturaleza, dependientes de las propiedades de los objetos* – y los modos de su distribución, los cuales, sujetos a ciertas condiciones, dependen de la *voluntad humana*. El vulgo de los economistas confunde ambos bajo la designación de leyes económicas, que consideran incapaces de ser destruídas o modificadas por el esfuerzo humano [...] Dadas ciertas instituciones y costumbres, los salarios, los beneficios y las rentas serán determinados por ciertas causas [...] La obra se ocupa de las generalizaciones económicas que no dependen de las necesidades de la Naturaleza, sino que *dependen de las necesidades combinadas con la organización actual de la sociedad*, tan sólo como provisionales y considerándolas como *sujeitas a grandes*

¹ O contexto histórico do autor era de mudanças profundas na sociedade inglesa, pós Revolução Industrial. Além das alterações no campo econômico, havia também transformações políticas, com disputas entre industriais e proprietários de terras. O debate teórico entre Ricardo e Malthus retrata essa rivalidade.

Neste sentido, Mill deixa claro que as leis da economia não estão relacionadas com a distribuição, e, em sua perspectiva, a distribuição da produção entre os componentes de uma sociedade não é regida por leis imutáveis; ao contrário. O autor pontua ainda que a forma como a riqueza é distribuída é um resultado de uma escolha da humanidade. Dessas asserções acima, Mill conclui que se a pobreza existe é porque os indivíduos a aceitam e toleram.

O costume, portanto, prevalece sobre a concorrência. A referida prevalência chega a tal ponto que, para ele, nos locais onde a remuneração é menor, a explicação está no consentimento das pessoas com uma menor remuneração. No tempo em que o autor entende que não é a concorrência que determina a distribuição e sim os costumes, generaliza tal postulado às demais remunerações: “o costume do país é a norma universal; ninguém pensa em aumentar ou diminuir aluguéis, ou de arrendar terras em outras condições que não as costumeiras” (MILL, 1983, p. 213). Caberia ao Estado uma tributação que permitisse uma melhor distribuição da riqueza na sociedade, através, por exemplo, de imposto de renda progressivo e imposto sobre heranças (ROLL; NOGARO, 1950).

Outra perspectiva importante na questão distributiva é a de Karl Marx. Em Marx, a teoria do valor tem distinção com Ricardo por separar o valor do preço. Em Ricardo, há uma teoria dos fundamentos dos preços relativos. Para Marx, a teoria do valor trabalho não apenas regula o valor, mas é sua essência. A ordem mercantil e a excludência possuem íntima relação com a distribuição. O salário é condição do lucro e não o seu limite como veem os ricardianos. O lucro é o excedente apropriado no mercado. Esse excedente (mais-valia) é produzido pelo trabalhador e não integralmente pago, pois é repartido com as demais classes. O capitalista apenas possui os meios de produção e antecipa a remuneração, mas não cria valor. O valor é criado pelo trabalho. Apenas a conscientização e a união dos trabalhadores fariam com que esses se apropriassem de seu próprio excedente.

Michal Kalecki vê estabilidade na relação entre salários e lucros. Sua ideia central é que a distribuição da renda entre trabalhadores e capitalistas é função simples do padrão de competição intercapitalista (o grau de monopólio) vigente na economia como um todo. A distribuição depende do maior ou do menor *mark up* na renda total. O *mark up* é o valor adicionado aos custos de produção (salários e matérias-primas). Quanto maior o *mark up*, maior será a participação do capital na repartição da renda, ou seja, ela é função do grau de imperfeição dos mercados. A renda é, portanto, determinada pelos ciclos e pelo poder de barganha (GUALDA, NOJILMA, 2006 ; PAIVA, 2008).

Embora John Maynard Keynes não trate diretamente da questão distributiva, em seu trabalho, ela é função do volume de emprego e do nível de demanda efetiva, isto é, definidas pelas decisões

da sociedade em gastos, em consumo e em investimento, dada uma propensão ao consumo². Dessa maneira, a configuração distributiva é um resultado endógeno do investimento, sem poder de influência do consumo. As mudanças distributivas em Keynes são lentas. O mesmo vale para os preços e o emprego que são resultantes da eficiência marginal do capital e do *animal spirits* (GUALDA; NOJILMA, 2006).

Os autores neoclássicos possuem uma visão distinta sobre a distribuição. Jean Baptiste Say apresenta as bases dessa teoria. Para Say, a produção e a distribuição formam trocas de serviços produtivos empreendidos pelo capitalista. A produção e a distribuição são momentos interdependentes e reciprocamente determinados do processo mais geral de reprodução econômica, cuja essência lógica e mecanismo ordenador são dados pela "precificação" no nível de distintos mercados.

Os rendimentos dos agentes econômicos são proporcionais à contribuição de cada um ao processo produtivo. Na realidade, esse é um desdobramento lógico do movimento proposto por Say, que determina a distribuição a partir da troca: se alguém recebe, é porque vende; se alguém vende, é porque outrem quis comprar; se alguém quis comprar, é porque o bem, ou o serviço comprado, é útil e "vale". Nessa medida, cada um pode se apropriar de acordo com o que vende e, portanto, de acordo com o que contribui (segundo a avaliação do mercado) para a riqueza social. Todavia, cada um contribui com aquele *quantum* de serviços cuja venda lhe permite adquirir um conjunto alternativo de bens, cujo valor se iguale ao ônus subjacente ao abandono do ócio. E é a partir das decisões dos agentes que emergem os preços finais e a distribuição. Os neoclássicos simplificam a questão distributiva para a demanda, para a produtividade de cada insumo e para as escolhas entre trabalho e ócio.

A absorção da filosofia utilitarista na teoria econômica se coaduna com a visão de Say. No utilitarismo não importa a forma como a soma das satisfações individuais é distribuída, desde que haja satisfação máxima total. Não há, conseqüentemente, porque violar liberdades em virtude de um bem-estar de um grupo social, uma vez que a infelicidade de um indivíduo pode ser compensada pela felicidade do outro. O utilitarismo deixa as questões distributivas relegadas (RAWLS, 2008).

Na lógica da eficiência de Pareto e das teorias fundamentais de bem-estar, se um sujeito pode melhorar sua condição sem piorar a de ninguém, isso significa que o estágio posterior é superior ao primeiro. O estado social ótimo é um equilíbrio competitivo. Desse modo, a transferência de renda não é um equilíbrio paretiano. Até porque apenas a concorrência é eficiente em termos produtivos e distributivos.

² Nicholas Kaldor, a partir do *approach* keynesiano, efetua elucubrações acerca da parcela de lucros e a propensão a poupar. Quanto menor for a diferença entre a propensão a poupar entre capitalistas e trabalhadores, maior será a sensibilidade da parcela de lucros a variações na taxa de investimento (SANTOS, 2015).

Amartya Sen critica a perspectiva paretiana. Para ele, a autorregulação deve ser questionada do ponto de vista distributivo. Sua crítica principal ao ótimo de Pareto é que ele é eficiente apenas no espaço das utilidades, pressupondo que um dado mercado competitivo chega ao equilíbrio, mas exige dotações iniciais distribuídas adequadamente (SEN, 2000). Ao apoiar-se na utilidade e nas preferências dos indivíduos, o utilitarismo não faz justiça às assimetrias de informação e de condições entre os agentes. A saída, para Sen, é modificar as dotações iniciais dos agentes para melhorar oportunidades iniciais.

Já a escola neo-ricardiana busca recuperar conceitos dos clássicos para entender a distribuição. Para eles, a distribuição não é determinada nas relações de mercado e possui pouca relação com a determinação dos preços relativos dos produtos. A determinação ocorre por aspectos sociológicos, políticos e institucionais (SANTOS, 2015).

Thomas Piketty (2014) dialoga com Vilfredo Pareto e sua teoria de desigualdade estável. Pareto analisou o período 1880-90, não sendo adequada para efetuar uma análise de longo prazo, de acordo com Piketty. Em linha semelhante, a função de produção Cobb-Douglas analisou o período entre 1899 e 1922 na economia estadunidense. Os autores concluíram que há harmonia e justiça social através da estabilidade da relação capital-trabalho. Porém, o modelo tratou de um período específico que não pode ser generalizado.

Para Piketty, a grande influência sobre a distribuição da riqueza é dada pela relação entre o retorno do capital e a taxa de crescimento. Se o retorno do capital for superior à taxa de crescimento, o risco de divergência, em termos distributivos, é elevado. O estoque de capital/renda aumenta pelo retorno do capital em uma fase de crescimento relativamente baixo. Nessa situação, a riqueza passada tem uma importância desproporcional. Ou seja, a herança cresce mais rápido do que a produção e a renda. Nessas condições, a riqueza herdada tende a superar, em larga medida, a riqueza acumulada ao longo da vida de trabalho. E a concentração de capital agudiza-se. Os períodos históricos de redução de desigualdades têm relação com maior tributação sobre o capital, sobre a renda e sobre o patrimônio, segundo Piketty.

Em síntese, pode-se dividir as principais teorias sobre distribuição em quatro grandes vertentes: i) as que analisam pelo excedente econômico, com posições díspares, como as de Smith, Ricardo e Marx; ii) as que analisam pela produtividade dos fatores de produção, como Say e os neoclássicos; iii) as que veem conflito de distribuição nas relações de mercado sujeita à correções, como Mill, Sen e Piketty; iv) as que veem a distribuição como um resultado da demanda efetiva (Kalecki, Keynes e Malthus).

O debate sobre a distribuição na literatura econômica é extenso. À Luz da construção teórica constituída ao longo dos séculos, esse texto fundamentará a análise a partir da correção das desigualdades a partir da estrutura dos tributos, tal como sugerem alguns dos autores citados acima.

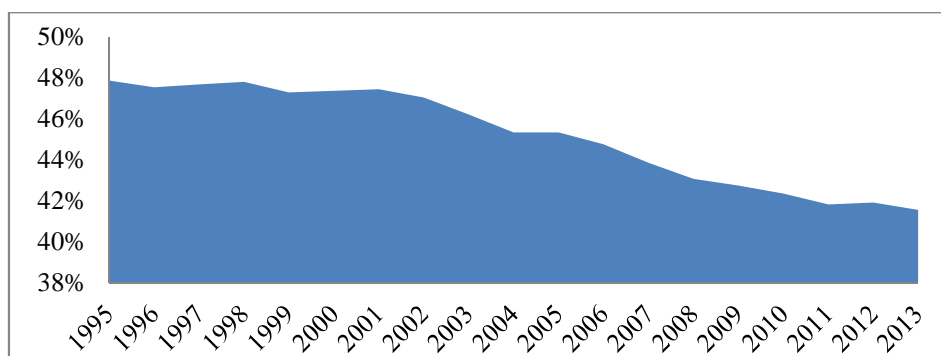
Efetuada essa breve revisão da literatura, cumpre observar o que tem ocorrido no Brasil em termos distributivos. Essa é a temática da seção seguinte.

3 Distribuição de renda e de riqueza no Brasil

A iniquidade na distribuição pessoal da renda é mensurada de distintas maneiras, levando-se em conta mais de um parâmetro³. No Brasil, os dados de distribuição de renda são difundidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa seção apresentará os indicadores após a implantação do Plano Real, de modo a desconsiderar variações abruptas na participação de rendimentos que ocorrem em alterações monetárias. O marco temporal, portanto, compreende o período que vai de 1995 a 2013, último ano com informações disponíveis. Além da análise da renda, esta seção exporá a apropriação da riqueza a partir de recentes informações disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil, especificamente referente ao ano de 2012.

A partir de dados da PNAD, o gráfico 1 expressa a variação da apropriação de renda pelos segmentos 10% superiores entre os anos de 1995 e 2013. Já gráfico 2 exhibe a variação da apropriação das faixas que figuram entre os 40% e os 50% mais baixos⁴, para o mesmo período.

Gráfico 1 – Apropriação de renda pelas faixas 10% superiores – Brasil - 1995-2013⁵



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE).

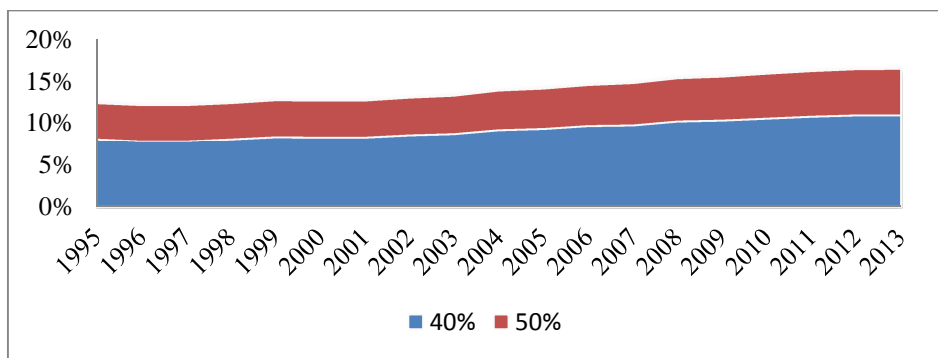
Nota: Para os anos de 2000 e 2010 foi efetuada interpolação linear.

Gráfico 2 – Apropriação de renda pelas faixas 40% e 50% inferiores – Brasil - 1995-2013

³ Seguindo a ótica do excedente econômico dos economistas clássicos, a distribuição funcional da renda indica a repartição de acordo com as classes sociais, levando-se em conta, principalmente, capital e trabalho. Já a distribuição pessoal da renda se refere à renda individual.

⁴ Usualmente na literatura, são considerados os 10% mais elevados e os 40% mais baixos. Contudo, ao longo desse artigo, será estimada a distribuição da riqueza para os 50% mais pobres, a partir da referência de Piketty (2014). Desse modo, estão expostas ambas segmentações.

⁵ O gráfico 1 está propositalmente em uma escala diferenciada para sinalizar as variações marginais. No gráfico 3 é utilizada a escala a partir do ponto zero.

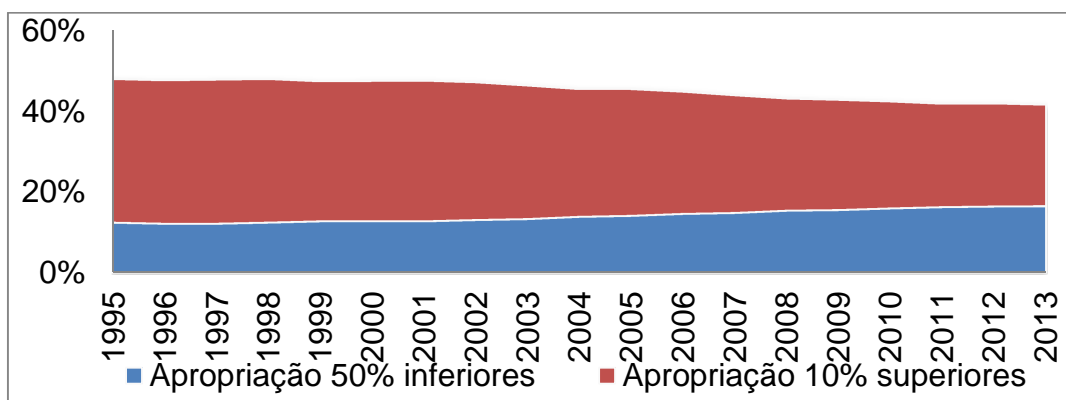


Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE).

Nota: Para os anos de 2000 e 2010 foi efetuada interpolação linear

Conforme apresentam os gráficos 1 e 2, a apropriação de renda daqueles que estão na faixa dos 10% mais elevados passou de 47,85% em 1995, para 41,55% em 2013. Já aqueles que estão nas faixas 50% mais baixas passaram de 12,35% para 16,41%⁶. O gráfico 3 apresenta conjuntamente os 10% mais elevados e os 50% mais baixos na mesma escala.

Gráfico 3 – Apropriação de renda pelas faixas 50% inferiores e 10% superiores – Brasil - 1995-2013



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE).

Nota: Para os anos de 2000 e 2010 foi efetuada interpolação linear

O Brasil não dispunha de informações de distribuição de riqueza⁷ até recentemente. Houve uma estimativa realizada em 2004, no Atlas da Exclusão Social (POCHMANN; AMORIM, 2003). Entretanto, o auditor fiscal da Receita Federal Fábio Avila Castro efetuou um trabalho disponibilizando alguns dados restritos da Receita Federal (CASTRO, 2014). A partir deles, é

⁶ O crescimento da participação dos menores decis se deu pela: i) maior demanda por mão-de-obra, oriunda do crescimento econômico; ii) variação real positiva do salário mínimo; e iii) pelas políticas de transferência de renda. Não está no escopo do trabalho aprofundar essas questões, mas cabe destacar que Dedecca *et al* (2008) expõem que a variação do salário mínimo tem impacto forte no terceiro e no quarto decis. Já o Programa Bolsa Família exerce influência nos dois primeiros intervalos decílicos. As faixas 10% mais elevadas perderam 6,3 pontos percentuais ao longo do período analisado. 4,06 pontos percentuais foram absorvidos por aqueles entre as faixas 50% mais baixas. O restante pelos segmentos intermediários.

⁷ Não há um único indicador de riqueza. Nesse artigo são considerados como “riqueza” os valores monetários declarados como bens e direitos para a Receita Federal do Brasil.

possível estabelecer um quadro da repartição da riqueza no Brasil. A tabela 1 foi divulgada no site da Receita Federal do Brasil, com dados das declarações de imposto de renda de 2012⁸ (BRASIL, 2014b).

TABELA 1 – Declaração de bens e direitos na declaração de pessoa física – Brasil - 2012

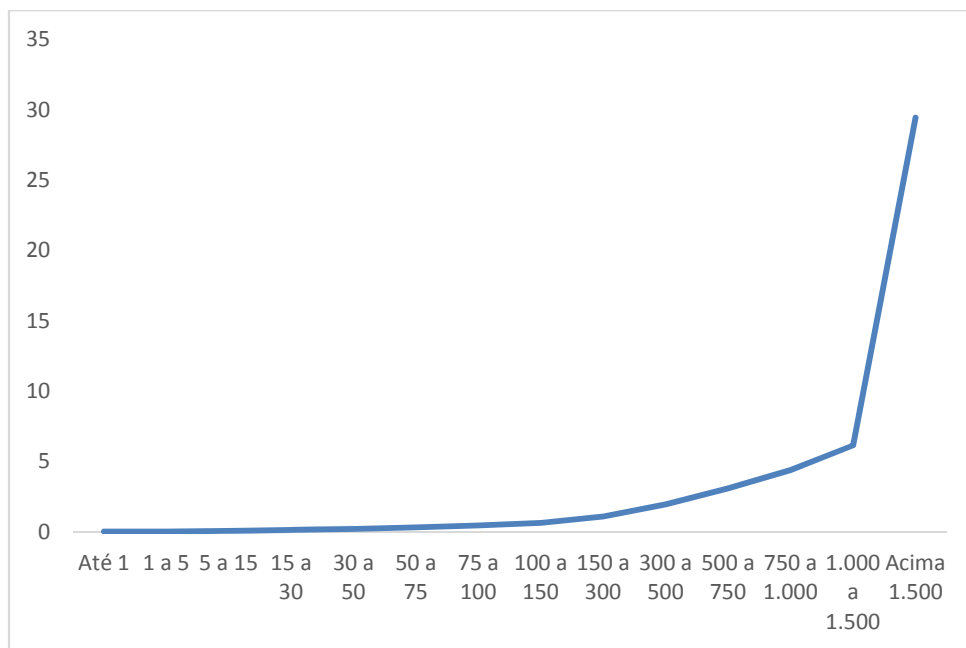
Faixas de Valores (R\$ 1.000,00)	Número de Declarações (mil)	Total de Bens e Direitos (R\$ milhões)
Até 1	9.611	224
1 a 5	968	3.118
5 a 15	1.493	15.117
15 a 30	1.769	40.233
30 a 50	1.725	68.608
50 a 75	1.489	92.454
75 a 100	1.202	105.068
100 a 150	1.701	210.287
150 a 300	2.554	544.867
300 a 500	1.336	514.835
500 a 750	705	428.782
750 a 1.000	356	308.111
1.000 a 1.500	303	367.673
Acima 1.500	406	2.361.876
Total	25.618	5.061.250

Fonte: Brasil (2014).

Considerando as médias patrimoniais de cada faixa da Tabela 1, é possível estabelecer uma relação entre a média de cada faixa e a média agregada declarada. O Gráfico 4 explicita tais relações. Ele indica que a média patrimonial da última faixa é 29,4 vezes maior do que a média de patrimônio declarado.

Gráfico 4 – Relação entre o valor dos bens por faixa de declaração e a média patrimonial total declarada- Brasil - 2012

⁸ O autor disponibilizou os dados de 2006, 2009 e 2012. Neste artigo serão apresentados apenas os dados de 2012. Uma análise mais ampla seria adequada, para tanto, seriam necessários mais dados da Receita Federal do Brasil.



Fonte: Brasil (2014), elaboração própria.

A interpretação da Tabela 1 requer cautela, haja vista as limitações existentes. Em algumas ocasiões, os bens imóveis declarados possuem defasagem de avaliação⁹. Além disso, uma parcela do patrimônio de pessoas físicas pode estar contabilizada como pessoas jurídicas. Há que considerar também omissões. Por fim, cônjuges nem sempre declaram bens em separado. De todo modo, esse é o melhor dado de patrimônio do Brasil e é inédito.

Considerando tais ressalvas, foi efetuado um exercício para compreender esses números no universo da população brasileira. Em 2012, 25,6 milhões de pessoas declararam imposto de renda no País. Esse contingente representava 13,01% da população total. Como as posses dos não declarantes persistem indisponíveis, foram efetuadas hipóteses para tentar generalizar os dados para toda a população.

Em termos internacionais, os 50% mais pobres obtêm aproximadamente 4% da riqueza em países menos desiguais, como a França, por exemplo. Os 10% dos franceses mais ricos possuíam 62% da riqueza em 2011, de acordo com Piketty (2014). Por outro lado, em países mais desiguais, como os Estados Unidos, os 50% mais pobres detêm 2% da riqueza, enquanto os 10% mais ricos possuem 72%.

Frente ao histórico da formação socioeconômica brasileira (FERNANDES, 1987; FURTADO, 1971), foi assumido que os 50% mais pobres possuem 2% do patrimônio dos

⁹ Os bens e direitos declarados são apartamento (14%), casa (12%), quotas ou quinhões de capital (9%), veículo automotor terrestre (8%), aplicação de renda fixa (7%), terreno (5%), ações (5%), caderneta de poupança (4%), fundos de longo prazo e fundo de investimento em direitos creditórios (4%), terra nua (4%), dinheiro em espécie em moeda nacional (3%), crédito decorrente de empréstimo (3%), outras aplicações e investimentos (2%), Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL (2%), fundo de curto prazo (2%), prédio residencial (1%), prédio comercial (1%), depósito bancário em contra corrente no país (1%), construção (1%), sala ou conjunto (1%), outras participações societárias (1%), fundos de ações (1%), outros fundos (1%) e outros bens e direitos (7%) (BRASIL, 2015d).

brasileiros. Tal consideração ponderou que as pessoas que figuram entre o quarto e o quinto decis, receberam, em média, R\$ 761,00 mensalmente, em 2012. Já aqueles entre o quinto e o sexto decis receberam, em média, R\$ 928,00 por mês.

Observando os declarantes de imposto de renda, 4,88% da população total somam um patrimônio de 0,004% do total notificado, conforme os dados da Tabela 1. Em assim sendo, todo o patrimônio declarado está concentrado com 8,13% da população.

Sabe-se também que quem recebeu mais de R\$ 1.499,16 mensais tinha obrigação de declarar imposto de renda e que, aqueles que receberam em média R\$ 761,00 mensais estavam entre os 50% com menores rendimentos¹⁰. É ainda necessário ter uma estimativa do patrimônio daqueles que estão entre os 50% da base da pirâmide de renda e os 13,01% que declararam imposto de renda, conformando 36,99% da população. É ponderado também que os indivíduos que possuem patrimônio acima de R\$ 300.000,00 são obrigados a declarar imposto de renda. A partir dessa informação, foi deduzido que os não declarantes possuem riquezas menores do que os estratos superiores.

Face à dificuldade de estimar tais dados, e levando-se em conta as informações acima descritas, foi assumida a hipótese de que os não declarantes possuem um patrimônio equivalente à média das quatro primeiras faixas patrimoniais dos declarantes (até R\$ 30.000,00). Mesmo correndo o risco de superestimar o patrimônio desse segmento, tal suposição encontra fundamento no patamar de patrimônio das faixas inferiores de declarantes.

Diante dessas considerações e hipóteses, o quadro de 2012 é seguinte¹¹:

- os 50,00% mais pobres detêm 2,00% da riqueza;
- 36,99% dos brasileiros detêm 10,60% da riqueza;
- 13,01% possuem 87,40% da riqueza.

Para se chegar às comparações internacionais¹² dos 10%, 1% e 0,1% mais ricos, elaboradas por Piketty (2014), por exemplo, é preciso efetuar adaptações, já que os informes da Receita Federal

¹⁰ É preciso ressaltar que os dados de rendimento mensal por decis são extraídos da PNAD. Essa pesquisa considera a população que tem mais de 15 anos.

¹¹ Ao contrário da PNAD, os dados expostos fazem referência à participação dos respectivos segmentos da sociedade na riqueza, levando-se em conta toda a população. Ao se efetuar o mesmo exercício, considerado apenas os indivíduos acima de 15 anos, há uma pequena alteração. Nesse caso, os 89,61% da população acima de 15 anos detinham, em 2012, 9,53% da riqueza. A faixa daqueles que declararam patrimônio entre R\$ 1.000,00 e R\$ 100.000,00, perfazendo 5,61% da população acima de 15 anos, detinha 5,8% da riqueza. Já aqueles que declararam possuir patrimônio acima de R\$ 100.000,00 e abaixo de R\$ 500.000,00, 3,63% da população acima de 15 anos, detinham 22,70% da riqueza. Por fim, aqueles que estão entre os 1,15% mais ricos possuíam 61,97% da riqueza.

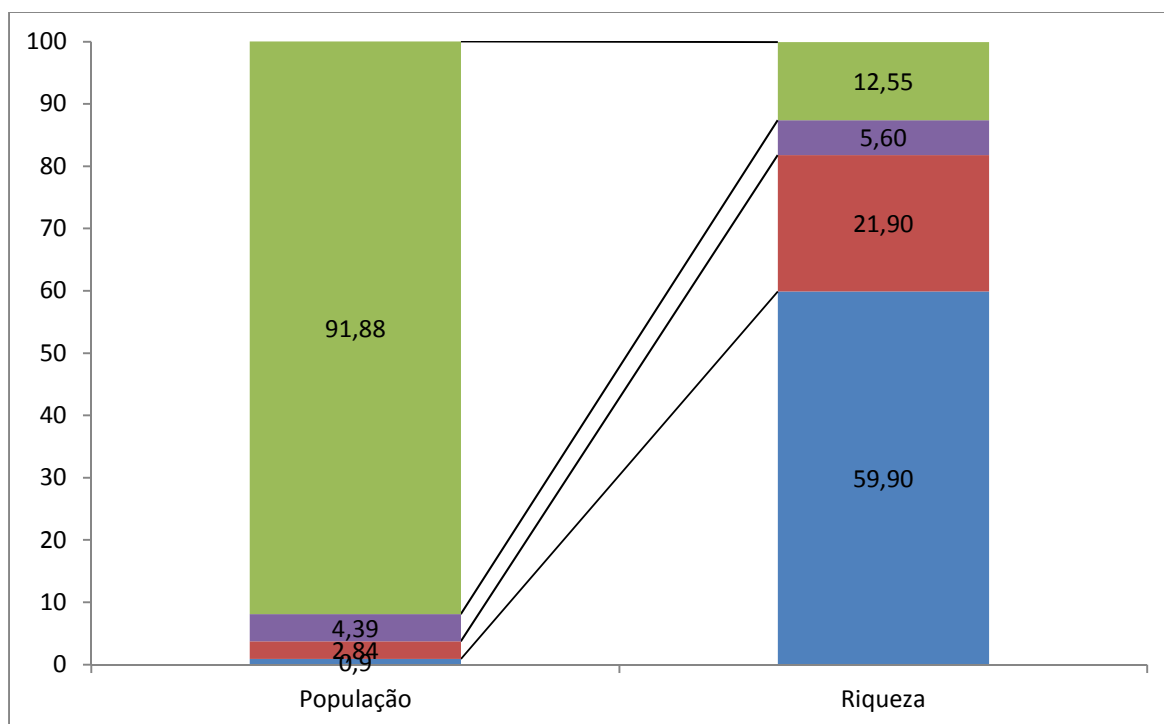
¹² Os dados internacionais não são absolutamente precisos, dado que a estimação de riqueza não é simples. À luz do que existe de informação, a estimativa realizada nesse artigo parece encontrar paralelo no estudo recente que aponta que no ano de 2016 a riqueza do 1% mais rico no mundo superará 50% do total (OXFAM INTERNATIONAL, 2015).

do Brasil estão agregados. Uma das referências quantitativas importantes na literatura é a participação dos 0,01% mais ricos. Esse corte analítico não é possível de ser realizado face às informações disponíveis, embora seu conhecimento desnudasse o patrimônio dos 19.500 indivíduos mais ricos do País. Com a base existente, é possível apontar a participação dos 8,13%, 0,9% e 0,21% mais ricos.

- 8,13% das pessoas possuem 87,40% da riqueza;
- 0,9% detêm 59,90% do total;
- 0,21% detêm 40,81% da riqueza dos brasileiros.

Em 2012, 0,21% da população representou 406.064 indivíduos. É interessante observar que o patrimônio médio declarado daqueles que estão entre os 0,21% brasileiros mais ricos era de R\$ 5,8 milhões, mesmo que o corte esteja a partir de R\$ 1,5 milhão. Isso indica que a concentração do patrimônio está entre os indivíduos do topo mais restrito. Além disso, as faixas mais altas possuem, sobretudo, renda do capital, enquanto as outras se concentram no trabalho. Essa configuração distributiva é retratada no gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição de riqueza no Brasil – 2012



Fonte: Brasil (2014).

Nota: A Receita Federal disponibiliza os dados dos declarantes. O gráfico acima foi realizado estimando a riqueza dos não declarantes como sendo equivalente à média das quatro primeiras faixas dos declarantes (patrimônio até R\$ 30.000,00). Os dados mais desagregados constam na tabela 1.

Observado o quadro distributivo no Brasil, convém recordar que os principais teóricos que trataram desse tema compreendiam que a tributação era uma maneira de corrigir distorções na distribuição. Os fisiocratas, por exemplo, prescreviam um imposto único sobre o setor primário, uma vez que viam nesse setor a capacidade de gerar excedente. John Stuart Mill recomendou a ampliação de impostos sobre heranças a fim de promover mais justiça social. Thomas Piketty fez sugestões de tributação sobre o capital para financiar o Estado Social. Postos os marcos teóricos e a luz da concentração existente no Brasil, cumpre averiguar a estrutura tributária brasileira em perspectiva internacional. Esse é o tema da seção seguinte.

4 Estrutura tributária brasileira em perspectiva internacional

Os dados que a Receita Federal disponibilizou favorecem o conhecimento do País e dão subsídios para o debate sobre a estruturação tributária. No intuito de compreender a relação que os impostos possuem sobre a distribuição da renda e da riqueza, convém detalhar quais são os principais tributos, assim como a sua incidência. Nesse intento, essa seção aborda a configuração dos tributos brasileiros e efetua uma comparação com alguns países selecionados com nível de renda per capita mais altas¹³ do que o Brasil e países com nível de renda per capita semelhante¹⁴ a do Brasil.

Para atender a esses objetivos, foram utilizadas informações das publicações Revenue Statistics 2014 e Revenue Statistics in Latin America 2014 da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁵, tendo colaboração na última da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT) e do Banco Mundial. O período escolhido foi o ano de 2012, tendo em vista que os dados disponibilizados pela Receita Federal do Brasil mais recentes são desse ano. São expostos dados de países com nível de renda per capita mais altas¹⁶ do que o Brasil e países com nível de renda per capita semelhante¹⁷ a do Brasil. As tabelas 2 e 3 apresentam a participação percentual de cada base de incidência na carga tributária total (CT)¹⁸ e no Produto Interno Bruto (PIB).

¹³ Alemanha, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia.

¹⁴ Argentina, México e Turquia.

¹⁵ A OCDE compõem um grupo de 34 países mais industrializados, desenvolvidos e também alguns emergentes. O objetivo deles é efetuar intercâmbio de informações, alinhamento de políticas para aprimorar o crescimento econômico e colaborar no desenvolvimento dos países membros e não-membros. Dentre os países selecionados no artigo, apenas a Argentina e o Brasil não integram a Organização.

¹⁶ Alemanha, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia.

¹⁷ Argentina, México e Turquia.

¹⁸ A carga tributária bruta é definida como a razão entre a arrecadação de tributos e o PIB a preços de mercado, ambos considerados em termos nominais (BRASIL, 2014a).

Tabela 2 – Participação percentual de cada base de incidência na carga tributária total e renda per capita para países selecionados - 2012

Países	Renda e Lucros	Folha Salarial e Seguridade Social	Propriedade	Bens e Serviços	Demais tributos	Renda per capita (US\$)
Alemanha	30,4	38,3	2,4	28,4	0,4	43.932
Argentina	17,3	22,2	9,0	50,4	1,0	14.437
Brasil	17,8	26,5	3,9	49,7	2,1	11.923
Chile	39,7	5,2	4,2	50,7	0,2	15.253
Coreia do Sul	29,9	25,0	10,6	31,2	3,4	24.454
Dinamarca	61,9	2,5	3,8	31,4	0,3	57.636
Estados Unidos	47,9	22,3	11,8	17,9	0,0	51.457
México	26,3	16,5	1,5	54,5	1,2	9.721
Reino Unido	35,6	19,1	11,9	32,9	0,5	41.051
Suécia	34,3	33,9	2,4	29,1	0,4	57.134
Turquia	21,8	27,2	4,2	45,0	1,7	10.646
América Latina	26,4	17,7	3,3	51,3	1,4	7.938
OCDE	33,6	27,3	5,5	32,8	1,0	40.402

FONTE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), Banco Mundial e Receita Federal do Brasil.

NOTA: A média para América Latina leva em conta os dados dos dezoito países com informações disponíveis.

Em 2012, a receita tributária brasileira somou R\$ 1,57 trilhão. Conforme, apresentado na tabela 2, 49,7% dos impostos recolhidos nas três esferas de governo tiveram origem no consumo de bens e serviços, 26,5% na folha de salário, 17,8% na renda, 3,9% na propriedade 2,1% em demais impostos¹⁹. O montante arrecadado corresponde a 35,8% dos R\$ 4,4 trilhões produzidos.

Os impostos sobre o consumo possuem a característica de obter a mesma alíquota para todos os segmentos sociais, dessa forma, a oneração dos grupos médios e de baixa renda é superior, em termos relativos, em frente aos estratos mais elevados²⁰. Em linha semelhante, a tributação sobre o salário onera mais os trabalhadores em comparação aos empresários. Outra característica desse tipo de estruturação é que os preços dos bens e serviços são majorados.

Quando é efetuada uma comparação com outros países, se observa que na Dinamarca e nos Estados Unidos, por exemplo, a metade da arrecadação está centrada em impostos sobre a renda e lucros. Esse último país possui uma carga tributária menor do que a média dos países selecionados, 24,4%, conforme a tabela 3. Entretanto, o Estado não oferta sistema universal de saúde pública e ensino superior gratuito, por exemplo.

¹⁹ Para adequar os dados da Receita Federal do Brasil às incidências tributárias da OCDE, foram incluídos os impostos sobre transações financeiras dentro dos demais tributos. No referido ano, tais tributos representaram 2% da arrecadação e 0,07% do PIB e o restante diluindo para os demais tributos.

²⁰ Impostos indiretos são regressivos, pois sua incidência não têm como referência a renda, apenas o consumo. Não diferencia, portanto, os diferentes níveis de poder aquisitivo. A maior participação deste tipo de tributo vai de encontro ao princípio de equidade.

No que tange aos países da América Latina, salta aos olhos que o Chile é o único país que possui uma incidência tributária sobre renda e lucros acima da média da região, representando 39,7% da arrecadação de 2012, conforme explicitado na tabela 2. Mesmo nesse país, os impostos sobre o consumo são mais significativos, característica que se repete nos seus vizinhos. Os impostos sobre patrimônio são mais baixos no Brasil. Eles alcançaram 3,9% da carga tributária em 2012, ao passo que no Reino Unido e na Argentina foram de 11,9% e 9,0%, respectivamente. A tributação sobre seguridade social e folha de salário do Brasil é semelhante àquela verificada nos países da OCDE, os quais possuem uma população relativamente mais idosa.

Quando se analisa especificamente os tributos brasileiros, verifica-se uma maior representatividade dos impostos indiretos. Dessa maneira, esses foram priorizados na análise a seguir. A cobrança de maior relevância sobre os bens e serviços é o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Em 2012, sua arrecadação foi de R\$ 327,5 bilhões, representando 21,1% da receita tributária total e 7,46% do PIB (BRASIL, 2014a).

A Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) responderam pelo aumento da participação dos tributos sobre os bens e serviços. Ambas contribuições representavam 9,2%, em 1995, e passaram a 14,0% em 2012 (BRASIL, 2014a). O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) representam conjuntamente 5,6% do bolo tributário (BRASIL, 2014a). Esses cinco impostos indiretos selecionados foram responsáveis por 40,7% da arrecadação total de 2012 (R\$ 634,4 bilhões), representando, aproximadamente, 85% da arrecadação com impostos indiretos e 14,5% do produto (BRASIL, 2014a).

A participação do Imposto Territorial Rural (ITR) tem incidência insignificante. Os dados disponibilizados pela Receita Federal desde 1995 até 2012 mostram que sua colaboração está na faixa de 0,04% da arrecadação total (R\$ 609,4 milhões) e 0,01% do PIB. Tal fato se deve às baixas alíquotas cobradas, as quais iniciam em 0,03%. Podem ser maiores, a depender da área total do imóvel rural e seu respectivo grau de utilização (BRASIL, 2014a). Não passa despercebido que o Brasil é um país extenso, conformado por vastas áreas rurais. O incremento da arrecadação deste imposto oportunizaria maior progressividade tributária e justiça social, preconizada por teóricos desde o século XVIII.

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) representam, respectivamente, 1,72%, 1,34%, 0,53% e 0,2%. Somados, atingiram R\$ 60,6 bilhões, 1,4% do PIB (BRASIL, 2014a). Convém destacar que a cobrança do IPVA é somente para veículos terrestres,

não incidindo sobre veículos aéreos e aquáticos. Recordar-se, ainda, que 46% dos bens e direitos declarados (tabela 1) se referem a bens móveis e imóveis.

Tabela 3 – Participação percentual de cada base de incidência no PIB para países selecionados - 2012

Países	Renda e Lucros	Folha Salarial e Seguridade Social	Propriedade	Bens e Serviços	Demais tributos	Carga tributária bruta
Alemanha	11,1	13,9	0,9	10,4	0,2	36,5
Argentina	6,5	8,3	3,3	18,8	0,4	37,3
Brasil	6,4	9,5	1,4	17,8	0,7	35,8
Chile	8,3	1,1	0,9	10,6	0,0	20,8
Coreia do Sul	7,4	6,2	2,6	7,7	0,8	24,8
Dinamarca	29,2	1,2	1,8	14,8	0,2	47,2
Estados Unidos	11,7	5,4	2,9	4,4	0,0	24,4
México	5,2	3,2	0,3	10,7	0,2	19,6
Reino Unido	11,8	6,3	3,9	10,9	0,0	33,0
Suécia	14,5	14,4	1,0	12,3	0,1	42,3
Turquia	6,0	7,5	1,2	12,4	0,5	27,6
América Latina	5,2	4,1	0,8	10,4	0,3	20,8
OCDE	11,4	9,4	1,8	10,8	0,3	33,7

FONTE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), Banco Mundial e Receita Federal do Brasil.

NOTA1: Os dados da OCDE consideram alíquotas do governo central, mas em alguns países há tributação de IRPF por órgãos subnacionais.

NOTA2: A média para América Latina leva em conta os dados dos dezoito países com informações disponíveis.

Tendo em perspectiva as considerações de Piketty (2014), é produtivo observar a tributação sobre o fluxo de rendas no Brasil em comparação aos países selecionados. Em linha semelhante, cabe detalhar as alíquotas sobre as heranças recebidas, visto a influência que a acumulação de riqueza por gerações passadas exerce sobre as gerações presentes.

Tabela 4 – Estrutura do Imposto de Renda Pessoa Física para países selecionados - 2012

Países	IRPF/CT (%)	IRPF/PIB (%)	Alíquotas (%)		Número de Alíquotas	Imposto sobre Dividendos
			Mínima	Máxima		Alíquotas Máximas (%)
Alemanha	24,8	9,1	42,0	45,0	2	26,4
Argentina	6,7	2,5	9,0	35,0	7	-
Brasil	7,6	2,7	7,5	27,5	4	0,0
Chile	7,0	1,4	4,0	40,0	7	25,0
Coreia do Sul	14,8	3,8	6,0	38,0	5	35,4
Dinamarca	50,7	24,2	6,8	21,8	2	42,0

Estados Unidos	37,1	8,9	10,0	39,6	7	21,2
México	13,6	2,6	1,9	30,0 ²¹	8	0,0 ²²
Reino Unido	28,2	10,1	20,0	45,0	3	36,1
Suécia	27,7	12,2	20,0	25,0	2	30,0
Turquia	13,5	3,8	15,0	35,0	4	17,5
América Latina	6,4	1,3	5,6	33,1	4,3	-
OCDE	24,1	8,5	14,1	35,6	4,5	29,8 ²³

FONTE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT) e Receita Federal do Brasil (RFB).

NOTA: Os dados da OCDE consideram alíquotas do governo central, mas em alguns países há tributação de IRPF por órgãos subnacionais.

Os dados da tabela 4 mostram que, enquanto a arrecadação de IRPF representa 2,7% do produto brasileiro (7,6% da arrecadação), nos países que integram a OCDE esse valor corresponde a 8,5%, em média (24,1% da arrecadação). Mesmo ao se comparar com países com níveis de renda semelhante, observa-se que no Brasil a relação é inferior. Na Turquia, por exemplo, é 13,5% e no México 13,6%. A maior participação percentual do imposto de renda no PIB dentre os países selecionados é a Dinamarca, com 24,2%.

Quanto às alíquotas marginais brasileiras, tanto a mínima quanto a máxima estão entre as mais baixas da tabela 4. Desde 1998, a alíquota máxima, no Brasil, é de 27,5%. Já na Alemanha, é de 45%, na Turquia, é de 35% e no México, é de 35%, desde 2014. Na Suécia, existe alíquotas subnacionais podendo o total atingir 57,2%.

Além de alíquotas relativamente menores, no Brasil, é possível deduzir do imposto de renda as contribuições à previdência, despesas médicas, dispêndio com dependentes e pensão alimentícia, entre outros. Em 2012, as deduções foram de R\$ 269,6 bilhões, 17,1% da arrecadação e 6,1% do produto. Averiguando-se os valores declarados, as deduções mais significativas foram despesas médicas, despesas com dependentes e instrução formal, respectivamente, R\$ 45,92 bilhões, R\$ 29,03 bilhões e R\$ 18,01 bilhões (BRASIL, 2015d).

Os rendimentos isentos e não tributáveis somaram R\$ 566,37 bilhões em 2012 (36,1% da arrecadação tributária e 12,9% do PIB). O valor mais significativo dessa categoria²⁴ provém dos

²¹ Desde 2014, a alíquota máxima passou a 35% no México.

²² O México passou a tributar em 10% os dividendos em 2014.

²³ Devido à restrição de dados, foi calculada a média dos oito países da OCDE selecionados.

²⁴ Compõem essa categoria as transferências patrimoniais como herança e/ou doação (R\$ 47,97 bilhões), renda de sócio e/ou titular de microempresa ou empresa pequeno porte (R\$ 47,01 bilhões), lucro na alienação de bens e direitos de pequeno valor (R\$ 38,9 bilhões), parcela isenta de proventos de aposentadoria para declarante com 65 anos ou mais (37,14 bilhões), parcela isenta correspondente à atividade rural, (32,78 bilhões), renda da caderneta de poupança e letras hipotecárias (R\$ 17,15 bilhões), rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão recebidos por portador de doença grave (30,97 bilhões), indenizações por rescisão de contrato de trabalho e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (19,31 bilhões), incorporação de reservas ao capital e/ou bonificações em ações (R\$ 15 bilhões), transferências patrimoniais e meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar (R\$ 6,55 bilhões), capital

lucros e dividendos distribuídos ao declarante e/ou dependentes²⁵. O total foi de R\$ 208,5 bilhões, o que representa 36,8% do total dos rendimentos isentos e não tributáveis, 13,3% na receita tributária total e de 4,7% do PIB (BRASIL, 2014d). Cumpre frisar que em 1995, a Lei nº 9.249 isentou a tributação sobre os dividendos, ampliando a regressividade dos impostos no Brasil²⁶. Desde então, houve expressiva migração de profissionais liberais como advogados, médicos, contabilistas, entre outros, para inscrição como pessoa jurídica com o objetivo de reduzir a contribuição ao fisco, uma vez que sob o regime do lucro presumido as alíquotas acabam sendo inferiores. A isenção de impostos sobre dividendos²⁷ se justificaria para evitar a bitributação, entretanto, na maior parte dos países há bitributação²⁸ (CASTRO, 2014).

Diante do exposto, é possível aventar que a configuração do imposto de renda para pessoa física subsidia os gastos dos segmentos sociais que possuem maior capacidade contributiva²⁹.

A tabela 5 apresenta as alíquotas dos impostos sobre herança e doação. Frente à restrição de maiores informações, são consideradas apenas alíquotas médias.

Tabela 5 – Impostos sobre herança, doação e grandes fortunas para países selecionados - 2012

das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte (3,14 bilhões), demais rendimentos isentos e não tributáveis dos dependentes (2,83 bilhões), bolsas de estudo e pesquisa (1,80 bilhões) e demais rendimentos isentos e não tributáveis (57,3 bilhões) (BRASIL, 2015d).

²⁵ O total foi de R\$ 208,5 bilhões, o que representa 37,7% do total dos rendimentos isentos e não tributáveis, 13,06% na receita tributária total e de 4,74% do PIB (BRASIL, 2014d).

²⁶ Dentre o grupo de países que integram a OCDE, apenas a Estônia aplica o modelo de isenção sobre os dividendos. Ao averiguar as alíquotas máximas dos países selecionados sobre os lucros dos acionistas, observa-se que a regressividade tributária persiste. Na Alemanha, a taxa é de 26,4%; no Chile, 25%; na Coreia do Sul, 35,4%; na Dinamarca, 42%, nos Estados Unidos, 21,2%; no Reino Unido 36,1%; na Suécia, 30%; e, na Turquia, 17,5%. O México passou a tributar em 17,14% os dividendos em 2014 (OCDE, 2015).

²⁷ A mesma Lei também isentou a remessa de lucros e dividendos ao exterior. Em 2012, foram enviados ao exterior US\$ 28,6 bilhões (R\$ 71,72 bilhões) na forma de lucros e dividendos. Até 1995, essas remessas eram tributadas em 15%. Caso fossem tributados com a mesma alíquota anterior da isenção, somente em 2012 possibilitaria uma arrecadação de R\$ 8,8 bilhões. Desde 1996 até 2012 se deixou de arrecadar cerca de R\$ 80,5 bilhões. (SINDIFISCO NACIONAL, 2014). Adicionalmente, há a possibilidade de as empresas deduzirem das receitas tributáveis os “juros sobre o capital próprio”. O juro do capital próprio é tributável ao acionista, mas com uma alíquota menor do que a máxima que os trabalhadores pagam. Em linha semelhante, os rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa e variável possuem tributação menor do que a alíquota máxima do rendimento do trabalho.

²⁸ Considerando apenas as declarações de 1.991,2 mil recebedores de lucros e dividendos, os rendimentos isentos chegam a R\$ 334,7 bilhões. Neste caso, esse segmento deteve 59,1% dos rendimentos isentos e não tributáveis totais. Já os 52.711 recebedores de lucros mais ricos declararam, em 2012, R\$ 150,9 bilhões de rendimentos isentos (26,6% dos rendimentos isentos totais). Essa monta representou uma isenção de 66,5% das suas rendas totais (R\$ 226,82 bilhões). Esses indivíduos declararam um patrimônio total de R\$ 1 trilhão. Dessa maneira, a renda média individual anual é de R\$ 4,30 milhões e a média patrimonial é de R\$ 19,34 milhões por pessoa (BRASIL, 2015d).

²⁹ Embora a ênfase da seção tenha sido nas receitas tributárias, cabe destacar brevemente as despesas tributárias. A carga tributária brasileira no ano de 2012 foi de 35,8%. O Produto Interno Bruto (PIB) do mesmo ano foi de R\$ 4,4 trilhões. Repartindo essa monta pelo número de habitantes, chega-se à renda per capita de R\$ 22.348,98 (BRASIL, 2015b). Nessa medida, a média de impostos pagos por brasileiro foi de R\$ 666,75 por mês naquele ano. Do percentual da carga tributária do Brasil, em 2012, 3,84 pontos percentuais foram destinados para a saúde (BRASIL, 2015b), 6,0 pontos percentuais para educação (INEP, 2015). A previdência é centralizada no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), porém existem também organismos estaduais e municipais. Considerando apenas o INSS, o gasto em percentual do PIB é de 7,7% (BRASIL, 2015c). A soma dessas três rubricas perfaz 17,54% do PIB, o que representa 49,0% da arrecadação. Os juros nominais despendidos pelo setor público, em 2012, foram de 4,9% do PIB, valor superior ao que é gasto em saúde nas três esferas da administração pública.

Tabela 5 – Impostos sobre herança doação e grandes fortunas para países selecionados - 2012

Países	Imposto sobre Herança		Imposto sobre Doação		Imposto sobre Grandes Fortunas	
	Alíquotas Marginais (%)		Alíquotas Marginais (%)		Alíquotas Marginais (%)	
	Média	Máxima	Média	Máxima	Mínima	Máxima
Alemanha	28,5	50	28,5	50	Extinto em 1997	
Argentina	-	-	-	-	0,5	1,3
Brasil	3,8	8	3,2	8	Não possui	
Colômbia	-	-	-	-	2,4	4,8
Chile	13	25	18,2	35	Não possui	
Espanha	-	-	-	-	0,2	1,7
Estados Unidos	29	40	29	40	Não Possui	
França	32,5	60	25	45	0,6	1,8
Holanda	-	-	-	-	1,2	1,2
Itália	6	8	6	8	Não possui	
Índia	0	0	15	30	0,5	2
Islândia	-	-	-	-	1,5	1,5
Japão	30	50	30	50	Não possui	
Luxemburgo	24	48	8,1	14,4	Extinto em 2006	
Noruega	-	-	-	-	0,4	0,7
Reino Unido	40	40	30	40	Não possui	
Suíça	25	50	25	50	Alíquota média de 1,5	
Uruguai	-	-	-	-	0,7	2

FONTE: Ernst & Young (2015) e Carvalho (2011).

NOTA: A fonte não especifica, mas pode haver alíquotas do governo central e/ou dos órgãos subnacionais.

Ao se efetuar comparações das alíquotas do imposto sobre herança e doação, observa-se que o desalinhamento brasileiro persiste sob o aspecto de justiça fiscal. Não é infundado inferir que a estrutura tributária brasileira contribui na manutenção da elevada concentração da riqueza brasileira³⁰. A alíquota no Reino Unido é de 40%. Em outros países³¹, ela é variável: nos Estados Unidos, a média é de 29%³²; no Chile, 13%. No Brasil a cobrança de ITCMD no Brasil varia de acordo com o estado. A alíquota média é 3,9%, porém, elas variam entre 1%³³ e 8%, com faixas díspares de acordo com o volume patrimonial.

Isso tudo posto, é possível considerar que os impostos sobre renda e sobre patrimônio no Brasil são mais baixos do que a média dos demais países verificados. Ao se ter em conta a tendência concentradora existente, apontada por Piketty (2014), é possível aventar que a ampliação

³⁰ As doações declaradas no IRPF em 2012 foram de R\$ 19,29 bilhões em espécie e R\$ 9,97 bilhões em bens e direito.

³¹ A ausência de tributação sobre herança e doação na Dinamarca e Suécia, por exemplo, é contrabalançada nos impostos de renda e sobre o patrimônio. Dessa maneira, existe um alto pagamento de impostos diretos em vida, e, assim, os herdeiros ou beneficiários de doações ficam isentos na hora de transferir o patrimônio.

³² Freitas (2015) estimou que se a alíquota média de ITCMD brasileira se igualasse à dos EUA, a arrecadação adicional seria de R\$ 31,9 bilhões anuais, passando de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 36,6 bilhões.

³³ Apenas Santa Catarina aplica essa alíquota.

de impostos sobre patrimônio, heranças e dividendos, por exemplo, contribuiriam para a justiça fiscal³⁴, mitigando a concentração de renda e de riqueza existentes no Brasil.

5 Considerações finais

A preocupação em compreender a distribuição está presente na ciência econômica desde os seus primórdios. O debate teórico abrange diversos matizes e é sujeito a controversas. De maneira geral, é possível segmentar as visões teóricas em quatro grandes vertentes: i) as que analisam pelo excedente econômico; ii) as que analisam pela produtividade; iii) as que veem conflito de distribuição nas relações de mercado, sujeito a correções; iv) as que veem a distribuição como um resultado da demanda efetiva.

Além do debate teórico, esse artigo explorou a apropriação de renda no Brasil daqueles que estão na faixa dos 10% mais elevados, que passou de 47,85% em 1995, para 41,55% em 2013. Já aqueles que estão nas faixas de 50% mais baixas passaram de 12,35% para 16,41%. Com a base de informações existentes, foi possível apontar a participação dos 8,13%, 0,9% e 0,21% mais ricos. Em 2012, 0,21% da população representou 406.064 indivíduos, apropriando-se de 40,81% da riqueza dos brasileiros. O patrimônio médio daqueles que estão entre os brasileiros mais ricos era de R\$ 5,8 milhões. Os 8,13% e 0,9% mais ricos detêm 87,40% da riqueza e 59,90%, respectivamente.

Face à compreensão teórica de Mill, Piketty e Sen que apontam a necessidade de corrigir a desigualdade distributiva a partir de políticas implementadas pelo Estado, como a própria tributação, o trabalho efetuou uma comparação da estruturação tributária do Brasil com outros países. Mill, em particular, assevera que a distribuição é uma instituição humana que depende de leis, costumes e dos governantes, historicamente constituída, portanto. Nessa seara, o estudo apontou o peso da tributação sobre a renda, sobre o consumo e sobre o patrimônio, de modo a

³⁴ Castro (2014) efetuou um exercício com três hipóteses de alteração de impostos, quais sejam: i) tributação sobre a distribuição de lucros em 15% e em 20% ; ii) criação de novas alíquotas de Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF): 35% e/ou 40% e; iii) extinção de deduções de imposto de renda. O autor demonstra que, caso fosse criada uma tributação de 15% sobre a repartição de lucros, haveria uma elevação de 175,33% do IRPF Capital, o que representa uma elevação total de 24,63% na arrecadação de IRPF. Em 2012, isso representaria R\$ 31 bilhões a mais, R\$ 36,5 bilhões a preços de maio de 2015. A segunda hipótese do autor é uma alíquota de 20% sobre os dividendos. Nesse caso, a arrecadação aumentaria R\$ 41,5 bilhões em 2012, R\$ 48,9 bilhões a preços de maio de 2015. Uma elevação de 233,80% do IRPF capital e 32,84% de arrecadação total do IRPF. Caso a tributação sobre os lucros fosse idêntica ao imposto sobre rendimento do trabalho, incluindo faixa de isenção e progressividade, a arrecadação ampliaria R\$ 50 bilhões em 2012, R\$ 58,9 bilhões a preços correntes. O que representa uma ampliação de 282,14% em IRPF Capital e 39,64% em IRPF total. Com uma nova alíquota de 35% sobre o rendimento do trabalho, a nova faixa seria para renda a partir de R\$ 59.100,00 anuais em 2012 e, aproximadamente, R\$ 67.439,00 em 2015, dado o reajuste da tabela ocorrido. Nessa situação, a arrecadação de IRPF sobre o trabalho obteria incremento de 17,15%, 14,67% de IRPF total, equivalendo a R\$ 18,5 bilhões, em 2012 e R\$ 21,8 bilhões a preços de 2015. A quinta hipótese do autor é a constituição de duas alíquotas de imposto de renda sobre o trabalho: 35% e 40%. A alíquota de 40% seria a partir de R\$ 69.200,00, em 2012, e, aproximadamente, R\$ 78.964,12, em 2015. Essa situação elevaria em 26,79% o IRPF sobre o trabalho, 22,98% sobre o IRPF total e R\$ 29 bilhões, em 2012, R\$ 34,2 bilhões a preços de 2015.

explicitar a magnitude da regressividade tributária no Brasil. Esse tipo de configuração penaliza as camadas menos abastadas da sociedade.

Isso tudo posto, é possível considerar que os impostos sobre renda e sobre patrimônio no Brasil são mais baixos do que a média dos demais países verificados. Ao se ter em conta a tendência concentradora existente, apontada por Piketty (2014), é possível aventar que a ampliação de impostos sobre patrimônio, heranças e dividendos, por exemplo, contribuiriam para a justiça fiscal, mitigando a concentração de renda e de riqueza existentes no Brasil. Além de tais constatações, esse artigo deixa em aberto espaços para futuras pesquisas.

Referências

ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Desenvolvimentos teóricos sobre distribuição de renda com ênfase em seus limites**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisas Econômicas, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Centro de estudos tributários e aduaneiros**. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2012.pdf>. Acesso em 10 dez. 2014a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Trabalhos acadêmicos**. Disponível em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/trabalhos-academicos/trabalhos-academicos-pagina>. Acesso em 10 dez. 2014b.

BRASIL. Portal Brasil. **Economia e emprego**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/ibge-revisa-pib-de-2012-de-0-9-para-1>. Acesso em 27 jul. 2015a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Financiamento Público de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/financiamento_publico_saude_eixo_1.pdf. Acesso em 01 jul. 2015b.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Dados Abertos – Previdência Social**. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/AEPS-2013-v.-26.02.pdf>. Acesso em 24 ago. 2015c.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Grandes Números das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. **Grandes números IRPF – anos-calendário 2007-2013**. Disponível em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/gn-irpf-ac-2012.pdf>. Acesso em 15 ago. 2015d.

CARVALHO, Pedro H. B. de. **As discussões sobre a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas: a situação no Brasil e a experiência internacional**. Nota Técnica-IPEA. 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/111230_notatecnicadinte7.pdf. Acesso em 15 set. 2015.

CASTRO, Fábio Avila. **Imposto de renda da pessoa física**: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição. 2014.115f. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CATTANI, Antonio ; OLIVEIRA, Marcelo. **A sociedade justa e seus inimigos**. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

DEDECCA, Claudio Salvadori; JUNGBLUTH, Adriana; TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. A Queda Recente da Desigualdade: Relevância e Limites. In. *XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, 2008, Salvador 2008, CD-ROM. dez 2008.

ERNST & YOUNG. **Serviços**. Disponível em http://www.ey.com/BR/pt/Services/Release_Brasil_Menores_Aliquotas_Heranca. Acesso em 15 maio 2015.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FREITAS, Antônio Albano de. Impostos sobre heranças e mobilidade intergeracional no Brasil. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre, n.10, p. 4, 13 out. 2015.

FONSECA, Pedro Cezar. Clássicos, Neoclássicos e Keynesianos: Uma Tentativa de Sistematização. *Perspectiva Econômica* , v. 11, n.30, p. 28-53, 1981.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1971.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores**. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese_defaultxls.shtm. 2012. Acesso em jan. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Investimentos públicos em educação**. Disponível em http://portal.inep.gov.br/web/guest/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.t.i._nivel_ensino.htm. Acesso em 01 jul 2015.

MILL, John Stuart. **Autobiografia**. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe argentina, 1943.

MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política**: com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo: Abril Cultural, c1983. v.1.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Tax**. Disponível em <https://data.oecd.org/tax/tax-on-corporate-profits.htm>. Acesso em 24 maio 2015.

OXFAM INTERNATIONAL. Richest 1% will own more than all the rest by 2016. Disponível em <https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2015-01-19/richest-1-will-own-more-all-rest-2016>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Valor, preços e distribuição**: de Ricardo a Marx, de Marx a nós. . Porto Alegre: FEE, 2008. . (Teses FEE; n.9).

PIKETTY, T. **Capital in the twenty-first century**. Londres: The Belknap press of Harvard University press, 2014.

POCHMANN, M. (Org.) ; AMORIM, Ricardo (Org.) . **Atlas da Exclusão Social: Os Ricos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

REVENUE STATISTICS IN LATIN AMERICA 2014. Disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-2014_9789264207943-en-fr#page1. Acesso em 24 maio 2015.

REVENUE STATISTICS 2014. Disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-2014_rev_stats-2014-en-fr#page1. Acesso em 24 de maio 2015.

RAMOS, L. e J.G.A. REIS, **Distribuição de renda: Aspectos teóricos e o debate no Brasil**, In Camargo, J.M. e F. Giambiagi, eds.(1991) - Distribuição de renda no Brasil, RJ, Paz e Terra.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. 3. ed. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROLL, Erich; NOGARO, Bertrand . **Panorama da ciência econômica**. Lisboa: Edições Cosmos, 1950.

SANTOS, Elvis Aguilar dos. **Estudo da distribuição de renda no Brasil: uma análise das variáveis inflação e salário mínimo 1990-2010**. Monografia de Graduação. Centro Universitário La Salle, Unilasalle. Canoas, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (SINDIFISCO NACIONAL); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). **Sistema tributário e seguridade social – contribuições para o Brasil**. Disponível em: https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=181&Itemid=384. Acesso em: 17 de set. 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Nova Cultural, c1996. v.1.

WORLD BANK. **Data**. GDP per capita – current US\$. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD> . Acesso em: 20 out. 2015.